

A ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Assunção Cristas, lidera a delegação portuguesa à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (“Rio+20”) que hoje começa no Rio de Janeiro, Brasil. Crê que a União Europeia pode fazer a diferença mas não deve isolar-se numa reunião que se receia frustrante.

**Em três dias serão ultrapassados bloqueios de cinco meses de preparação e seis dias de ultimção?**

As pessoas podem fazer a diferença. São esperados 130 chefes de Estado e de Governo e o Brasil está muito empenhado em conseguir coisas com visibilidade no “Rio+20”. É a oportunidade de renovar o compromisso dos países num desenvolvimento que deve ter os três pilares – ambiental, económico e social – muito equilibrados e garante que as pessoas possam melhorar as condições de vida num mundo em que cerca de mil milhões vivem abaixo do limiar de pobreza.

**Que resultados espera?**

Seria bom se conseguíssemos um roteiro muito claro com objetivos e metas. Na narrativa global há um grande consenso, o que é difícil é pôr tudo no papel e encontrá-los. Mas creio que teremos avanços significativos.

**Fala num “roteiro”. Com que metas, objetivos e prazos concretos?**

É o que vamos ver se conseguimos ter a nível global. Na UE temos o objetivo muito claro de descarbonização da economia até 2050 na casa dos 80%, com ações a que os estados se comprometem e metas intermédias. Se conseguirmos algo parecido a nível mundial, seria muito bom. Há muita dificuldade em deter o aumento da temperatura da Terra abaixo de dois graus centígrados e só o conseguiremos com reduções mais significativas de gases com efeito de estufa.

**A UE deve proclamar unilateralmente a meta de redução em 30%?**

A UE tem o dilema de ter a liderança – é a única que puxa para a frente e faz inter-



**ENTREVISTA // ASSUNÇÃO CRISTAS** Ministra da Agricultura,

do Mar e do Ambiente **Por:** Alfredo Maia

# “Há muita dificuldade em deter o aumento da temperatura”

DIANA QUINTELA / GLOBAL IMAGENS



namente o que é possível, tendo só 11% das emissões globais – e de poder ficar a falar sozinha. Deve agregar outros países, para ser eficaz e consequente. Se não, vai acontecer como em Copenhaga – a UE sentada numa sala e todos os outros a entender-se na sala ao lado.

**Isso não acontece no Rio...**

Em Durban, conseguiu agregar à sua volta muitos países emergentes e em desenvolvimento, que fizeram a Plataforma de Durban com um roteiro muito claro até 2015 e calendários pós-Quito. Manter esse capital político é fundamental para conseguir avançar com outros.

**Por que razões a UE rejeita a criação de um fundo de desenvolvimento sustentável?**

A UE tem um compromisso com o Fundo Climático, o Fundo Verde, que é necessá-

em conhecimento, tecnologia e capacidade de transferir.

**Onde está a divergência?**

É uma questão de léxico. Na perspectiva de muitos países, falta a referência explícita à questão social. Por isso dizem “Economia Verde e Inclusiva”. É uma síntese possível, embora para a UE não haja economia verde sem inclusão. Para os países em desenvolvimento que têm a pobreza por resolver – como todos temos – a questão social deve ter a mesma visibilidade que a economia e o ambiente.

**Qual é o potencial da economia verde em Portugal?**

É grande e há áreas com avanços significativos. Por exemplo, a cortiça é um produto absolutamente sustentável, nasce num ecossistema sustentável e é amiga do ambiente. Numa parceria com a Corticeira Amorim, a “Quercus” lançou a recolha de rolhas usadas para fazer um novo produto. Mostra que as possibilidades são inesgotáveis e só dependem da imaginação e da capacidade de inovação. É possível no setor primário, na indústria, no turismo...

**Só alavanca mais lucros ou pode beneficiar populações?**

Tem de ser visto na perspectiva do território. Por exemplo, aumentar a floresta ou zonas de proteção da Natureza é relevante do ponto de vista da economia verde, mas os concelhos têm de ter compensações por não poderem ter indústrias.

**Como compensar as populações de áreas protegidas pela conservação de Natureza, de água e sequestro de carbono?**

É matéria que deve ter tratamento específico na lei das finanças locais e na reforma fiscal. O Governo fará a sua reflexão, porque têm de ser valorizados. Precisamos de compensações para as populações e valorizar áreas como as de Rede Natura, onde não se pode fazer agricultura como fora delas. Se eram importantes, temos de ter essa preocupação.

**Que incentivo para a economia verde quando o Governo corta apoios às energias renováveis?**

Tem a ver com o facto de estarmos em altura de grande austeridade e não ser possível manter tudo. Mas não há uma redução da ambição. Temos conversado com a Energia para o desenvolvimento do biogás e da biomassa. Estamos a ver que tecnologias maduras podem viver sem um grau elevado de subsídio. ●

*“Precisamos de compensações para populações das áreas de Rede Natura onde não se pode ter agricultura nem outras atividades”*

rio continuar a capitalizar e tem mecanismos de apoio ao desenvolvimento, como o Fast Start. Não se deve cair na negociação ‘o que é que nos dão para nós aceitarmos?’. Tem de comprometer todos e não ser unilateral.

**Portugal tem um papel na articulação com países africanos que precisam de auxílio. Sente-se dividida?**

Mais do que de dinheiro, necessitam de apoios em tecnologia e conhecimento. O nosso programa Fast Start tem 36 milhões de euros, mas só 13 milhões estão executados. Não tem havido capacidade desses países para executar como planeado.

**Embora seja tema central, o conceito de Economia Verde não está consensualizado. Como a define?**

Economia verde é a que reflete no desenvolvimento económico os pilares ambiental, social e económico bem equilibrados. Assenta

*“Em Portugal, as possibilidades de economia verde são inesgotáveis e só dependem da imaginação e da capacidade de inovação”*

DESCARBONIZAR

**80%**

Em 2050, Europa deve reduzir emissões de CO2